

O TRABALHO TEMPORÁRIO NO PROJETO DE
FRUTICULTURA IRRIGADA
PLATÔ DE NEÓPOLIS, SE¹

*Dalva Maria da Mota*²

RESUMO

O artigo analisa as “novas” condições de trabalho na agricultura irrigada, nas quais a relação empregado/empregador se dá por meio de contratos temporários, negociados face a face. A hipótese é que essa relação de trabalho tem gerado a intensificação da desregulamentação trabalhista e desafiado a ação política formal dos trabalhadores. Apóia-se em pesquisa documental-censitária e empírica realizada no período de dezembro/97 a março/2000, com a totalidade dos administradores dos 21 lotes em funcionamento do projeto de irrigação Platô de Neópolis, por meio da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas, e entrevistas com 17 atores-chave. Os principais temas pesquisados foram: sistemas de produção, número de trabalhadores permanentes e temporários, tipos de ocupação, trajetórias individuais e salários. Três encontros entre os sindicatos e empresários para julgamento do dissídio coletivo/2000 na Delegacia Regional do Trabalho de Sergipe também foram objeto de observação. As principais conclusões mostram a generalização do emprego temporário desregulamentado, erguido sob redes de interconhecimento que reforçam o controle social dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho temporário, fruticultura irrigada, Platô de Neópolis, Sergipe.

THE TEMPORARY WORK IN THE IRRIGATED FRUIT CROPPING
PROJECT: NEOPOLIS PLATEAU, SE

ABSTRACT

The article analyses the “new” work conditions in the irrigated agriculture, in which the relation employer/employee is based on temporary contracts, negotiated face to face. The hypothesis is that this kind of working relation has generated the intensification of the disobedience working regulation and opposed the workers legal political actions. It is based on secondary data and empiric research which took place over the period from December/97 till March/2000, with all administrators of 21 areas in Neopolis Plateau Irrigation Project working, through the application of questionnaires with close and open questions and interview with 17 key-actors. The main

¹ Artigo elaborado como parte da tese de doutorado sobre trabalho e sociabilidade na fruticultura irrigada do Nordeste no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE.

² Socióloga Rural, M.Sc., Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros e doutoranda em Sociologia na UFPE. dalvamot@elogica.com.br

D. M. Mota

researched themes were: production systems, temporary and permanent workers number, kinds of occupation, individual trajectories and salaries. The observation of three meetings among the worker's union and businessmen to negotiate salaries at the Regional Work Bureau of Sergipe in 2000 was also an object of study. The main conclusions show the generalization of the partially regulated work, raised under the network of mutual knowledge makes the social control of the workers stronger.

Key words: temporary work, irrigated fruit cropping, Neopolis Plateau, Sergipe.

INTRODUÇÃO

A fruticultura nos projetos de irrigação do Nordeste se estrutura segundo um tipo de organização e gestão da produção, no qual tem-se intensificado o contrato de trabalho temporário, descontínuo, flexível. Esta forma de trabalho tem especificidades locais e é regulada por contratações legais de curto prazo em determinadas épocas do ano, ou a partir de um acordo verbal, sem qualquer garantia de direitos trabalhistas, como ocorre no Platô de Neópolis (Mota, 1998).

O objetivo deste artigo é analisar as “novas” condições de trabalho, nas quais a relação empregado/empregador se dá por meio de contratos temporários, negociados face a face, individual e oralmente. Esta relação tem colaborado para a intensificação da desregulamentação trabalhista e desafiado a ação política formal dos trabalhadores (os sindicatos rurais), num contexto em que o sindicato enfrenta o paradoxo de representar legalmente uma categoria que pouco conhece, em decorrência da sua mobilidade e da diversidade de inserção de seus atores no mercado de trabalho e da própria falta de tradição do sindicato rural em representar trabalhadores “assalariados”.

O estudo apóia-se em pesquisa documental-censitária e empírica realizada em duas fases. A primeira, no período de dezembro/97 a abril/98, com a totalidade dos administradores dos 21 lotes em funcionamento do projeto, por meio da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas. As principais variáveis pesquisadas foram: sistemas de produção em uso, número de trabalhadores permanentes e temporários, tipos de ocupação, níveis de escolaridade e salários (Mota, 1998, 1999). A segunda etapa, entre janeiro e março/2000, constou de entrevistas com 17 atores-chave (líderes sindicais, trabalhadores permanentes e temporários) e de observação de três encontros entre os sindicatos e empresários para julgamento do dissídio coletivo/2000, na Delegacia Regional do Trabalho de Sergipe.

Tomamos como campo empírico o Projeto de Irrigação Platô de Neópolis³, implantado no início dos anos 90 em terras antes ocupadas por cana-de-açúcar, pecuária e culturas alimentares. O projeto foi inspirado nas experiências nordestinas, economicamente bem-sucedidas e pautadas na forte intervenção estatal para a criação de pólos de desenvolvimento para agricultores familiares, técnicos e empresários, cujos exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, em Pernambuco (Cavalcanti, 1997, 1999) e o Vale do Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte (Gomes da Silva, 1999).

O Platô de Neópolis se localiza à margem direita do rio São Francisco, em Sergipe, e ocupa parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. É resultado de uma intervenção seletiva do Estado para o estabelecimento de “ilhas” de modernização, via empreendimentos empresariais, sustentados no trabalho assalariado e em altos níveis tecnológicos, com possibilidade de vinculação aos mercados nacional e internacional. Tem um modelo que apresenta a inovação da parceria entre o Estado, por meio da Secretaria da Agricultura de Sergipe, e a iniciativa privada. Couberam ao Estado o planejamento e a instalação da infra-estrutura de irrigação fora dos lotes, e aos empresários, os investimentos nas parcelas, a implementação da produção e da comercialização por intermédio de um condomínio denominado Associação dos Concessionários do Projeto Platô de Neópolis – Ascondir.

O Projeto de Irrigação é formado por 35 lotes cujos tamanhos variam de 20 a 600 hectares. Até maio/2000, apenas 50% da área do projeto estava ocupada com oito sistemas de produção frutícola, erguidos exclusivamente sob o trabalho assalariado⁴. Da área total em exploração, cerca de 50% está plantada com coco, cultura em que o Estado de Sergipe tem tradição⁵, e que demanda o menor contingente de mão-de-obra no sistema irrigado⁶. A predominância do coco decorre do aumento do consumo da sua água, em todas as regiões do país, devido à preocupação das pessoas em consumir cada vez mais produtos

³ Tem a denominação Platô de Neópolis devido a sua constituição geomorfológica apresentar um relevo plano e ondulado, circundado por encostas, constituindo parte dos tabuleiros costeiros de Sergipe (Santos, 1996, p.25).

⁴ Considerada aqui a venda da força de trabalho, cujo pagamento se dá em dinheiro, para trabalhos avaliados em unidades de tempo (dia, semana, mês) ou produtividade.

⁵ Terceiro maior produtor nacional, além de dispor da maior e mais capacitada equipe de pesquisa do Brasil.

⁶ Cerca de 1 homem para cada 3 hectares durante o primeiro ano, alcançando apenas um sexto do previsto no Vale do São Francisco para culturas permanentes.

naturais, especialmente tratando-se de uma cultura que, por suas propriedades e composição, substitui as bebidas isotônicas e energéticas artificiais. Influenciam nessa preferência do consumidor as representações do produto como sinônimo de uma região, em um contexto em que “as características exóticas dos locais de produção funcionam também como valor agregado pelo qual consumidores são atraídos” (Cavalcanti, 1999, p.129). Mas pesam também os componentes estéticos e a qualidade dos produtos para atender à demanda do que Lash & Urry (1996, p.309) denominam de “consumidor cidadão”, com crescente capacidade de exigir mais em relação aos bens e serviços. Segundo a concepção dos autores, a cidadania tende a mudar de natureza ao ser associada ao poder de consumo e, não mais, ao acesso e à defesa de direitos providos pelo Estado em territórios demarcados.

O incremento da produção de coco no Platô de Neópolis reestruturou a base produtiva estadual desta cultura e uma segmentação crescente entre os processos, os produtores e os trabalhadores, resultado do “novo” papel da agricultura que se diversifica no atendimento a demandas nacionais. A segmentação dos produtores se dá entre os que produzem para a indústria (agricultores familiares) e para o mercado de frutas frescas (os empresários). Essa segmentação tem relação direta com o nível de tecnologia adotado, que influencia a qualidade de frutos diferenciados, mais ou menos aceitos pelos consumidores. Para atender a esses novos mercados, padrões locais se alteram para garantir a menor variabilidade possível do produto, via utilização de sistemas de irrigação (microaspersão e gotejamento)⁷, que explicitam a grande ênfase no uso da alta tecnologia e na pouca utilização do trabalho humano.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A acirrada concorrência no mercado nacional e internacional de produtos agrícolas repercutiu na busca de vantagens comparativas (clima, solo, água,

⁷ Caracterizados por sua alta eficiência na aplicação de água, de forma localizada, na região das raízes mais efetivas, com economia de energia, por necessitarem de baixas pressões. Esses sistemas permitem diversos graus de automação, incluindo automação total, além de permitir aplicações de fertilizantes via água, a fertirrigação, melhorando disponibilidade de nutrientes para as culturas irrigadas.

preços da mão-de-obra), reestruturando os espaços produtivos na agricultura brasileira nas últimas décadas. Uma nova divisão espacial pode ser considerada (grãos nos cerrados, pecuária no Norte, fruticultura irrigada no Nordeste), que comporta antigos e novos modelos de exploração (empresariais, agricultura familiar, parceria etc.) de produtos de massa e de luxo, na quantidade, qualidade e tempo requeridos externamente. Características semelhantes a essa reestruturação foram apontadas por Lara (1998), para analisar a agricultura mexicana, a partir de cinco aspectos:

Cinco elementos esenciales caracterizan la flexibilidad en la agricultura. En primer lugar, encontramos una gran diversificación productiva, principalmente en los cultivos de exportación no tradicionales; en segundo lugar, la orientación de la producción hacia nuevos nichos de mercado que incluyen el mercado nacional, sin abandonar los masivos; en tercer lugar, la incorporación de nuevas tecnologías, principalmente las que sirven para ahorrar agua y energía; en cuarto lugar, la descentralización de las estructuras de las empresas hacia formas de operación más flexibles, lo que supone una importante concentración de capitales con una gran movilidad en torno a regiones especializadas en cierto tipo de productos, y su reubicación en nuevas regiones del país; y en quinto lugar, la puesta en marcha de nuevas formas de organización del trabajo que afectan al mercado de trabajo rural y en ocasiones conducen a la adaptación o refuncionalización de formas de producción tradicionales” (Lara, 1998, p. 87).

A flexibilização da produção e do trabalho emerge também para a agricultura brasileira. No entanto, o enfoque da autora citada se concentra sobre as empresas agroindustriais, sem abordar outras formas de produção e as relações existentes entre estas, a exemplo da agricultura familiar, fonte de trabalhadores que se assalariam temporária ou permanentemente, mas também lugar de contratação temporária no panorama da agricultura brasileira.

Se pelo lado da produção (tipos de produtos, qualidade e época), a agricultura brasileira se insere no mercado mundial e se revela como um setor competitivo, por outro lado, conserva relações de trabalho desregulamentadas sob a justificativa de que os altos encargos sociais poriam em risco os empreendimentos.

Segundo Santos & Pochmann (1999, p.288), nessa discussão estão em destaque duas posições:

- A primeira advoga a redução de encargos sociais e a adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho para aumentar a competitividade e, conseqüentemente, elevar o nível de emprego, diminuir a informalidade e até permitir a elevação salarial.
- A segunda aponta a ineficácia dessas medidas, demonstrando que os encargos sociais no Brasil não são elevados, que o custo do trabalho⁸ é menor do que em muitos países e que as medidas de flexibilização não reduzem a informalidade das relações de trabalho e muito menos reduziriam o elevado nível de desemprego.

A conclusão dos autores é de que a flexibilização dos contratos e a redução do custo de trabalho tendem a ter efeitos inexpressivos sobre a competitividade empresarial. Quanto aos empregos, a experiência recente demonstra que, paralelamente à implementação de novos tipos de contratos de trabalho, ocorre a elevação do desemprego (Santos & Pochmann, 1999, p.288).

Historicamente, a desregulamentação das relações de trabalho é a situação mais freqüente do mercado de trabalho rural brasileiro. Além disso, a diminuição do número de vagas e o desemprego estrutural criaram uma pressão permanente por empregos, o que estimula os empregadores a impor as condições que lhes são mais lucrativas⁹, caracterizadas pela precariedade da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais. Tudo isto configura uma tendência à individualização extrema da relação salarial, dificultando a organização dos trabalhadores no contexto nacional, como também em outros contextos rurais, como analisam Bendini (1999), na Argentina, e Lara (1998), no México.

⁸ Santos & Pochmann (1999, p. 280) apresentam uma tabela sobre o custo da mão-de-obra no setor manufatureiro em alguns países em 1993, demonstrando que o Brasil ocupa a 24ª posição, abaixo, até mesmo, de Taiwan, país reconhecido internacionalmente pelos baixos custos da mão-de-obra.

⁹ Em estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro, Amadeo (1999: 51) afirma que o setor agrícola emprega um número considerável de pessoas, especialmente no Sudeste e no Nordeste, respectivamente, 39% e 36% de um total de 4,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 7% da população economicamente ativa. No Nordeste, o percentual de pessoas ocupadas na agricultura com carteira assinada é de apenas 17% do total, o que demonstra o alto grau de precariedade nesse setor.

No entanto, a relação direta e inquestionável entre flexibilização e desregulamentação é questionada por Lorangeira (1999, p.128) no seu estudo sobre a realidade do trabalho em tempos de globalização, ao afirmar que a flexibilização:

.... em princípio, consistiria em uma estratégia gerencial que substitui uma solução uniforme, por uma série de soluções alternativas, tendo em vista elevar o grau de adaptação aos novos parâmetros técnicos e econômicos. Flexibilização do trabalho não se confunde necessariamente com desregulamentação (abandono da legislação trabalhista) ou precarização do trabalho, mas pode apresentar tais características, quando assume caráter puramente defensivo.

Evidências empíricas em áreas irrigadas de Sergipe demonstram que a flexibilização também pode ser uma estratégia usada pelo trabalhador em seu benefício, e chamam a atenção para a dupla face desta estratégia: a manutenção de um contingente de trabalhadores polivalentes¹⁰ submersos em uma área desregulamentada; e um outro, de trabalhadores especializados (consultores, contadores, eletricitas, técnicos em equipamentos de irrigação), cuja ocupação temporária é apropriada e vantajosa, pela manutenção de mais de um vínculo, inclusive em Estados diferentes (Mota, 1999). Sob o ponto de vista legal, ambos estão inseridos em condições precárias de trabalho. No entanto, essa precariedade é relativizada para o segundo grupo, pelo fato de este ter outras inserções e de muitas vezes não poder acumular formalmente dois vínculos. Castells (1999, p.288) afirma: “Não são apenas as empresas que se beneficiam da flexibilidade. Muitos profissionais especializados acrescentam à ocupação principal (horário integral ou meio expediente) serviços de consultoria, o que ajuda a melhorar sua renda e poder de barganha”.

Dentre os dezessete casos analisados, constatou-se que dois atores vivenciam essa condição. J. A. S. é do sexo masculino, tem 33 anos e é técnico agrícola e comerciante. A. L. S. é do sexo masculino, tem 36 anos, é trabalhador rural e músico. Ambos se alternam entre o assalariamento temporário e as outras ocupações, a depender, principalmente, da época de

¹⁰ Polivalente é a denominação empregada para trabalhadores capazes de executar diferentes atividades aprendidas no fazer cotidiano.

festas populares (Carnaval e São João), quando há maior demanda tanto por alimentos quanto por lazer. A variação de atividades exige uma certa capacidade de administração dos ganhos para diminuir a vulnerabilidade nos momentos em que não encontram trabalho. No entanto, essa capacidade de decidir entre trabalhar em uma ou outra atividade não é acessível ao conjunto dos trabalhadores temporários. Seja a flexibilização uma estratégia do empregador ou do empregado, o fato é que o caráter defensivo, no sentido definido por Larangeira (1999), tem sido predominante e as formas de remuneração e controle do trabalho têm-se diversificado e mantido a desregulamentação, com conseqüências nos níveis de vida e de organização dos trabalhadores temporários, tema central deste artigo.

TRABALHO TEMPORÁRIO E TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Para Lara (1998: p.120), o trabalho temporário na agricultura é decorrente da instabilidade dos processos agropecuários, que se sustentam em elementos naturais (terra, clima e água) e na heterogeneidade das etapas ou fases de produção (segundo cada cultura), que tornam mais difícil planejar com exatidão os requerimentos de mão-de-obra. Consideramos que essa afirmação deve ser relativizada e contraposta à estrutura fundiária e ao nível tecnológico utilizado. Assim, para o caso analisado, deve-se considerar que a estrutura fundiária (lotes empresariais) e a tecnologia de irrigação (considerada um dos últimos estágios em termos do que se pode controlar na produção vegetal a céu aberto, conseqüentemente desenvolvida com um padrão tecnológico que permite prever a quantidade de mão-de-obra necessária para as diferentes etapas do processo produtivo) permitem maior controle das condições naturais. Mesmo que a atividade agrícola esteja sujeita a certa imprevisibilidade, como, por exemplo, as pragas, as respostas dos produtores para contornar os problemas serão condicionadas pelas suas condições econômicas, culturais e tecnológicas.

Em condições normais, as diferentes etapas de produção na agricultura demandam quantidades de trabalho irregulares mas, de forma previsível, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Número de homens/dias para plantio e manutenção de 1 ha de coqueiro-anão irrigado no período de 10 anos.

Atividade	Quantidade de trabalho necessária por ano (h/d)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1- Plantio (desmat. e enleiramento, destoca, aplic. de calcário, aração e gradagem, marcação, abert. e enchimento de covas, plantio e replantio)	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Tratos culturais (gradagem, roçagem, coroamento, aplicação de fertilizantes, combate à formiga e pulverizações).	5	5	6	5	6	6	6	6	6	6
3- Colheita (retirada e limpeza dos cachos).	-	-	-	2	2	4	6	6	6	6
TOTAL	105	5	6	7	8	10	12	12	12	12

Fonte: Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Os dados mostram a previsibilidade da necessidade irregular de mão-de-obra para um hectare irrigado de coco durante o período de 10 anos. Como pode ser observado, o número de homens por dia, para o total das atividades distribuídas ao longo dos anos, não ultrapassa 190, com concentração de mais de 50% no primeiro ano. Nos demais anos, contratações temporárias são feitas segundo a demanda. Um ou dois trabalhadores permanentes são utilizados para manuseio do sistema de irrigação e administração do que ocorre em toda a propriedade. Como os lotes têm muitos hectares do coco plantado (cerca de 1.000 ha para a área total do projeto), o habitual é que um mesmo trabalhador, contratado na condição de temporário, permaneça meses seguidos para dar conta do serviço total, apenas revezando em diferentes áreas.

O exemplo acima ilustra o caso do coco mas, para todos os sistemas de produção implantados no Platô de Neópolis, há uma irregularidade na demanda de trabalhadores, a depender do tipo de cultivo, da área explorada e da tecnologia utilizada. O que é consensual é que o mercado de trabalho na agricultura e, em particular, na região frutícola em análise, tem como característica central o contrato temporário para as diversas atividades produtivas, tendência que tem-se intensificado no competitivo contexto mundial, influenciando na utilização crescente da flexibilização qualitativa e quantitativa¹¹.

O número previsto de trabalhadores temporários no Platô de Neópolis para o ano 2000 é em torno de 707, correspondente a 60% do total de ocupações, predominantemente na categoria trabalhadores rurais, pagos, em geral, em diárias que têm valor médio de R\$ 6,00 para os homens e R\$ 5,00 para as mulheres (Mota, 2000). Os temporários estão subdivididos em dois grupos:

- 1) Os especializados (contadores, consultores, eletricitas, especialistas em sistemas de irrigação etc.), que prestam serviços em diferentes contextos e são profissionais que geralmente não têm origem local e nem residem na área do projeto.
- 2) Os polivalentes, que não têm previsão de duração da tarefa, permanecendo ocupados enquanto durar a atividade e depois buscam outro lugar para trabalhar. Residem nos povoados circunvizinhos do projeto e são recrutados por meio de redes de interconhecimento, com ênfase nas características de idade, gênero e naturalidade.

As condições de trabalho no contexto rural são marcadas pela predominância de relações crescentemente individualizadas¹², por meio de negociações diretamente realizadas entre trabalhadores e empregadores para acordos relativos a tipo e tempo da atividade e valor da remuneração. Estas relações sofrem influências também dos tipos de qualificação social requeridas dos sujeitos, comparadas entre os permanentes e os temporários na Tabela 2.

¹¹ Flexibilização quantitativa refere-se à capacidade de contratar e despedir trabalhadores, de adaptar seus horários às necessidades da empresa e dos requerimentos do mercado ou de instaurar formas salariais menos rígidas. A flexibilidade qualitativa é o conteúdo das qualificações dos trabalhadores e as novas formas de organizar o trabalho que supõem o envolvimento e a polivalência da força de trabalho (Lara, 1998, p. 21).

¹² As relações individuais também vêm ocorrendo em outros contextos e atividades, como discute Graziano da Silva (1999, p. 251), para o caso dos industriais e produtores de laranja para a fixação do preço e das condições de compra e venda em São Paulo.

Tabela 2. Comparação entre trabalhadores permanentes e temporários no Platô de Neópolis.

Características	Trabalhadores	
	Permanentes	Temporários
Origem	Local (Neópolis).	Diversificada (outros municípios de SE e AL).
Trajectoria ocupacional	Trabalho na unidade familiar e assalariamento na agricultura.	Comércio, assalariamento urbano, assalariamento na agricultura, artesanato, música etc.
Atividade da família	Agricultura, pesca e assalariamento na agricultura.	Assalariamento na indústria, pesca, artesanato, agricultura.
Relação com a terra	Os pais possuíam terra em quantidade insuficiente para os filhos.	Os pais não possuíam terra.
Como obteve a ocupação	Por meio de um conhecido ou parente	Por meio de um conhecido ou parente
Atividades agrícolas como assalariados	Limpa, poda, colheita, controle de irrigação, pós-colheita	Limpa, poda, colheita, controle de irrigação, pós-colheita
Remuneração	Mensal	Diária, produtividade, atividade.
Tempo médio na última ocupação	2 anos	1 a 12 meses

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em abril/2000.

Como pode ser observado, para a amostra pesquisada, as trajetórias individuais dos dois tipos de trabalhadores se assemelham e se diferenciam em pontos específicos, influenciando nas suas inserções no mercado de trabalho.

A forma de obtenção da ocupação e as atividades agrícolas que desenvolvem como assalariados são as mesmas tanto para os trabalhadores permanentes como para os temporários. Em relação à primeira, há unanimidade em que as redes de interconhecimento, constituídas por parentes, conhecidos e amigos,

são a principal via de acesso a uma ocupação, num contexto em que as estratégias de recrutamento de pessoal reforçam o controle social da força de trabalho. Ninguém gostaria de indicar alguém para trabalhar que pusesse em risco a sua idoneidade. Em relação às atividades, no entanto, apesar de serem as mesmas, o controle de qualidade é que vai estabelecer a diferença. Os permanentes têm uma certa “autonomia” na execução do seu serviço, enquanto os temporários trabalham sob o controle estrito de um cabo de turma ou de um técnico. Influenciam nesta “autonomia” as origens dos diferentes trabalhadores. Os mais “autônomos” são os permanentes, originários da agricultura familiar e que têm o “saber-fazer” adquirido ao longo do tempo em uma unidade de produção, cuja atividade central era a agricultura.

Ter nascido no local e nele permanecido até a vida adulta significa dispor de ocupação ao longo do tempo, oposto a migrar em busca desta, como observado na trajetória dos temporários. A permanência no lugar de origem tem relação direta com a propriedade agrícola familiar, lugar de primeira inserção ocupacional. Permanecer na área do Platô para os temporários, no entanto, é decorrência de terem vínculos familiares ou aí ter obtido a última ocupação. Neste grupo, a migração, estratégia individual e/ou familiar, estimulou a multiplicidade de ocupações alternadas temporariamente, também em setores diferentes da economia, como: comércio, agricultura e indústria.

A versatilidade ocupacional dos temporários é um traço que facilita inserir-se descontinuamente em diferentes atividades, mas limita a inserção na atividade agrícola de forma legal, pois, para a contratação permanente no mercado local de trabalho, são preferidos os trabalhadores originários da agricultura familiar. Esse tipo de constatação também foi feito por Gomes da Silva (1999, p.324) no Rio Grande do Norte, onde os trabalhadores provenientes da agricultura são preferidos em relação àqueles com experiência no trabalho industrial ou semi-industrial.

A preferência por um tipo ou outro de trabalhador pode ser entendida a partir da análise de Meillassoux (1997, p.18), no seu estudo sobre a economia da vida, no qual fica claro que os empregadores não ignoram as inserções sociais dos sujeitos, com suas respectivas vantagens ou vulnerabilidades, estabelecendo a preferência por aqueles que são portadores de experiência específica e que se adequem mais facilmente às condições do trabalho rural. É uma apropriação não só de uma força de trabalho, mas de uma organização

social. Assim, contratar trabalhadores originários da agricultura familiar, mas que não possuem terra, significa dispor de uma força de trabalho com maior domínio sobre o trabalho agrícola, em decorrência das experiências que acumulam e da disciplina no trabalho a céu aberto. Por outro lado, o campo de incertezas gerado pela sua vulnerabilidade social, pelo fato de não terem terra e também de não possuírem outra profissão, estimula o querer dispor de ocupação o maior tempo possível. Essa análise, no entanto, não é válida para os pluriativos, agricultores familiares que têm na propriedade da terra uma segurança de reprodução social e que só buscam outras atividades em momentos específicos.

O campo da vulnerabilidade social também faz parte da trajetória dos trabalhadores temporários, que, privados da possibilidade de exercício de uma mesma atividade, continuamente são forçados a se alternarem como uma estratégia de sobrevivência.

Mas, no grupo pesquisado, há um pequeno número de atores que utiliza a flexibilização positivamente, constituindo-se essa possibilidade em uma das hipóteses do nosso estudo. Em princípio, afirmamos que o conceito de flexibilização do trabalho se alarga como estratégia de inserção/exclusão no processo produtivo, segundo uma demanda precisa, exercitada tanto por empregadores quanto por trabalhadores, para potencializar uma condição de ganho, conforme discutido e exemplificado no item anterior. No entanto, usufruir positivamente da flexibilização, como demonstra a amostra pesquisada, limita-se a um pequeno grupo, estando a grande maioria da força de trabalho dependente das demandas do empregador, sujeitando-se a inserções precárias¹³, caracterizadas por múltiplas situações, negociadas individualmente.

Para todos os trabalhadores, a qualificação¹⁴ é um diferencial que pode abrir novas e melhores oportunidades (Neves et al., 1998, p.10), inclusive de inserção no núcleo central da força de trabalho (Bendini, 1999, p.33). Este é o caso da preferência pelos trabalhadores oriundos da agricultura familiar. Entretanto, é preciso reconhecer que a qualidade da ocupação não tem mais uma relação

¹³ A precarização é entendida como sinônimo de desregulamentação das relações trabalhistas, trabalho descontínuo, sem benefícios sociais, com baixo poder de negociação de salários e/ou outros direitos em face de negociações crescentemente individualizadas. É uma situação tradicionalmente presente no contexto rural.

¹⁴ Entendida como um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que tornam o trabalhador capacitado profissionalmente (Neves et al. 1998, p.11). Também é utilizada como nível de complexidade do processo de trabalho desenvolvido segundo as tarefas e os instrumentos utilizados (Elizalde et al., 1999, p.149).

direta com a qualificação, sobretudo quando constatamos que esses trabalhadores, independentemente do desempenho, ganham salário mínimo e têm duras condições de trabalho (trabalho a céu aberto em temperaturas médias de 28 graus, inexistência de refeitório e instalações sanitárias no local de trabalho).

Existe consenso de que, na agricultura, a busca de competitividade gerou maiores investimentos em tecnologia e redução de mão-de-obra (Cavalcanti, 1997, p.5), afetando, conseqüentemente, a estrutura ocupacional. Novos perfis se formam a partir de diferentes aportes (experiência, formação). Ocupações de homens e de mulheres, segundo a ótica das diferenças naturais, são construídas sob influências contextuais, influenciando em salários desiguais que escamoteiam a qualificação adquirida no fazer cotidiano.

A participação das mulheres no mercado de trabalho em análise é um exemplo do que acabamos de afirmar. Reconhecidas como mais adequadas para o trabalho de colheita de maracujá e mamão e para a polinização do maracujá, as mulheres são associadas a trabalho leve e limpo, e são também consideradas obedientes. Os adjetivos utilizados para qualificação do trabalho feminino prestam-se a inúmeras análises. A “limpeza” na condução das atividades, especialmente da polinização, é uma condição indispensável a uma atividade extremamente delicada, que só as pessoas qualificadas conseguem executar. Quanto à obediência, não é difícil compreender que em um mercado controlado pelos homens, no qual as mulheres correspondem a apenas 1% do total dos trabalhadores, sejam exemplares no cumprimento de suas obrigações, em decorrência de terem que provar diariamente que são as mais apropriadas às tarefas específicas.

As apreciações desqualificadoras das habilidades, adquiridas pelas mulheres no fazer cotidiano, são utilizadas como justificativas para a menor remuneração e parecem querer perpetuar noções de que o trabalho feminino é apenas um complemento, uma ajuda ao masculino, como demonstram os depoimentos:

.... a colheita do maracujá, melão e tangerina a preferência é de mais mulher do que homem. Eles dizem que a mulher tem a mão mais macia pra colher” (Líder sindical).

Porque a mulher é muito sensível para adubar, fica bem correta, ela é muito cuidadosa e obediente. O homem não, ele quer ser mais do que o chefe” (Empreiteiro).

Elas não trabalham com veneno não, quem trabalha mais são os homens pois a mulher é fraca” (Trabalhador rural.)

Estas noções reforçam as barreiras que dificultam a ampliação da participação das mulheres em um número maior de atividades.

A concorrência por postos de trabalho e a progressiva tecnificação têm reordenado subprocessos de produção, tendendo à redução do uso da mão-de-obra não qualificada e ao requerimento de trabalhadores que realizem múltiplas tarefas (Cavalcanti, 1997, p.86). Acrescentamos à tendência indicada, a existência de um grupo mínimo de trabalhadores altamente qualificados, responsáveis por tecnologias de ponta (informatização dos sistemas de irrigação, fertirrigação, indução de floração etc.) e por processos de organização e gestão dos empreendimentos. Nestes termos, concordamos com a tendência geral de coexistência de diferentes níveis de qualificação de trabalhadores inseridos em um mesmo processo, gestados segundo as condições locais.

DILEMAS ENTRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E OS INTERESSES INDIVIDUAIS

As políticas públicas agrícolas praticadas na região do Platô de Neópolis, nos últimos trinta anos, impuseram desafios instigantes para os sindicatos locais, principal forma de organização dos trabalhadores. Três momentos se destacaram:

- Nos anos 70, a defesa da propriedade da terra diante das ações de implantação de projetos de irrigação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf -, absorvendo menos de um terço da população desapropriada (Santos, 1996).
- Nos anos 80, as lutas se dividem entre campanhas salariais para os trabalhadores da usina Grande Vale, instalada nessa mesma época na região, e a reivindicação por condições de funcionamento dos projetos de irrigação da Codevasf. O envolvimento dos sindicatos em campanhas salariais só ganhou impulso a partir da presença da CPT – Comissão Pastoral da Terra –, MEB Movimento de Educação de Base – e de um grupo de religiosos católicos. No entanto, com a falência da usina Grande Vale, os trabalhadores migraram em busca de novas alternativas e as suas organizações sociais também se arrefeceram e retornaram às suas práticas anteriores (aposentadorias e assistência médico-odontológica).

- E, nos anos 90, por meio das iniciativas de protesto de diferentes grupos da sociedade sergipana contra a implantação do Platô de Neópolis, projeto exclusivamente para empresários, constitui-se um Fórum de Entidades para críticas do projeto, estimulando também o surgimento da Comissão de Atingidos. As ações se concentraram em três eixos: frentes de trabalho e cestas básicas; cursos de capacitação e acompanhamento das ações reivindicativas; e de resistência dos pequenos produtores rurais atingidos. As conquistas obtidas e os resultados destas experiências, que priorizavam o “aqui” e o “agora”, assim como seu arrefecimento, estão analisados em Padrão (1996, p.28).

Os três momentos destacados mostram as tendências de tensão entre o Estado, por meio das políticas públicas implementadas, e segmentos da população rural local. Nos últimos anos da década de 90, a tensão se intensifica, desta vez, entre os sindicatos e os empresários para acordo dos direitos trabalhistas dos assalariados no Platô de Neópolis.

OS DIREITOS OU A OCUPAÇÃO?

A pesquisa de campo mostrou que o problema central enfrentado pelo sindicato local é a tendência de preservação da desregulamentação das relações de trabalho e dos baixos salários pagos (de R\$ 5,00 a 6,00 diários) em um contexto em que o número de empregos gerados corresponde a apenas 20% do total previsto (Mota, 1998). No entanto, uma questão se impõe: a impossibilidade de dimensionar a problemática, pelo desconhecimento, em profundidade, da situação e das aspirações dos trabalhadores, completamente ausentes das organizações sindicais locais, tanto pelas dificuldades que a mobilidade ocupacional impõe, como pelo medo de colocar em risco as ocupações obtidas. É ilustrativo que, de todos os trabalhadores temporários entrevistados, apenas um questionou os seus direitos na justiça. Nas palavras de um entrevistado:

se eu estou trabalhando aqui, estou achando que eles tão sacaneando comigo, aí eu vou lá e reclamo meus direitos e eles pegam e botam pra fora, aí daqui já telefonam para outra firma quando sabe que eu estou trabalhando lá...

Segundo um dos líderes sindicais entrevistados, a pauta de reivindicações da convenção coletiva de trabalho – 2000 foi copiada literalmente do acordo dos trabalhadores do Baixo São Francisco, onde predomina o trabalho com carteira assinada, e contou com a aprovação de cerca de 50 trabalhadores temporários em um universo de aproximadamente 700.

As discussões entre os sindicatos e os empresários para instalação do dissídio coletivo 2000 ocorreram em três reuniões sob a mediação da Delegacia Regional do Trabalho de Sergipe. Nas duas primeiras, os representantes dos empresários não tinham poder de negociação e apenas na terceira enviaram um representante com poderes legais.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores contempla diferentes itens, mas as discussões se concentraram na questão da regularização dos vínculos empregatícios e do aumento de um para um e meio salário mínimo. Os empresários concordaram com a regularização dos vínculos, mas não aceitaram o aumento do salário. Sem chegar a um acordo, retiraram-se da mesa de negociação, argumentando que a questão central na atualidade é a garantia da ocupação, ficando claro que o ajuizamento da negociação era o único caminho a ser seguido.

Em abril/2000, técnicos da Delegacia Regional do Trabalho supervisionaram o projeto de irrigação e constataram que, na maioria das situações, não haviam sido regularizadas as relações trabalhistas. Uma dispensa em massa dos trabalhadores não regulamentados ocorreu. No entanto, pouco a pouco, estes trabalhadores retornam ao Projeto e continuam suas atividades.

O relato desse processo ilustra como as relações entre os representantes de trabalhadores e dos empresários correm em paralelo ao que acontece no dia-a-dia do trabalho. Os demais estabelecem pactos com os técnicos responsáveis para fugirem da supervisão do Ministério e, assim, garantirem a ocupação. *“Mas aí eles avisam que quando a gente ver um carro do Ministério chegando corram para a casa de vocês que aí não perdem a diária”*. Esses pactos são também reforçados pelas redes de indicação de trabalhadores para a ocupação de novas vagas. Os que indicam, praticamente, são co-responsáveis pelas ações dos que entram, garantindo um sistema de controle gratuito ao empregador ao tempo em que ganham confiança, um dos requisitos centrais para a manutenção da ocupação.

No processo de negociação trabalhista entre os sindicatos e os empresários, o “modelo” adotado para reivindicação dos direitos trabalhistas, implícito na pauta do acordo coletivo, é um trabalhador com carteira assinada. As situações de campo, no entanto, atestam uma multiplicidade de formas de inserção, com repercussão nas remunerações, como: diaristas (a remuneração independe de quanto trabalho foi realizado), ganho por produtividade (a remuneração está vinculada diretamente à quantidade de trabalho, por ex.: quantas plantas polinizou, quanto colheu) e aristas (responsabilidade sobre uma área fixa). Em paralelo, ocorrem também inúmeras formas de ajuda mútua entre os trabalhadores, principalmente entre as mulheres nas atividades por empreita, quando os desempenhos individuais são diferentes e quem termina primeiro vai ajudar as demais.

Assim, o “modelo” de um trabalhador que desenvolve as suas atividades individualmente tem validade parcial. Visualizar a dinâmica de conformação das inserções talvez seja um dos caminhos que contribua para superar a rivalidade entre direitos e ocupação.

CONCLUSÕES

A análise das situações propostas revela que as novas condições de trabalho são marcadas pela predominância de empregos temporários sem vínculo legal, negociados face a face entre empregadores e trabalhadores, sob a intermediação de um trabalhador de confiança. Esta condição tem conseguido se reproduzir, independentemente da legislação vigente, em decorrência dos pactos firmados e assumidos pelos trabalhadores e empresários, que se revelam até na aceitação de fugirem dos lotes ou de “mergulharem” nos canais nos momentos de supervisão do Ministério do Trabalho. A aceitação de condições dessa natureza apóia-se na prioridade de manutenção de uma ocupação, em um contexto em que as fronteiras perderam a capacidade de incorporação dos migrantes rurais e as outras atividades econômicas criam menos empregos. Migrar não aparece mais como uma alternativa.

Nesse contexto de crescente pressão por trabalho na esfera local, há uma diversificação das formas de inserção dos trabalhadores, variando segundo a gestão do empreendimento e a tecnologia adotada. Acertos verbais se dão por

atividade, por dia ou por área. Apesar do dinamismo dessas relações, os sindicatos e os empresários se confrontam na discussão de situações clássicas, entre elas a de um trabalhador assalariado com carteira assinada que poderia ganhar mais, o que não corresponde ao dia-a-dia dos trabalhadores, imersos em situações desregulamentadas.

A tensão central no processo de negociação dos direitos trabalhistas, no entanto, se dá na idealização das conquistas dos trabalhadores do Vale do São Francisco pelo sindicato, e no desrespeito à legislação, pelos empresários. Os trabalhadores, por sua vez, não atendem aos chamados de paralisação ou greves do sindicato, em decorrência de não se reconhecerem nas reivindicações efetuadas e de temerem perder a ocupação em um contexto altamente competitivo.

Como visto, não há consenso nem na discussão teórica, nem na prática em relação à flexibilização do trabalho, e a legislação ainda não aborda as diferentes situações presentes no cotidiano, criando-se um campo estimulante para a preservação das situações de precarização e de tensão entre os diferentes atores que as vivenciam.

As novas condições de trabalho se alicerçam no trabalho temporário e esta é uma estratégia do empregador para manter um campo de incerteza e um disfarce sobre o trabalho precário, vez que alguns trabalhadores permanecem nessa condição por meses e até anos seguidos. O tempo médio na última ocupação para os temporários é uma comprovação da tendência de escamoteamento da desregulamentação, sob o véu da temporalidade.

Ponto central nestas condições é a forma de recrutamento dos trabalhadores, via relações familiares, de camaradagem e amizade, que termina por se revelar como eficiente mecanismo de controle da qualidade do trabalho, no contexto de crescente flexibilização das relações.

Em síntese, concluímos que as novas condições de trabalho se dão por meio de pactos entre empregadores e empregados, cujo preço é a manutenção de uma condição mínima de empregabilidade na região. Assim, entre dispor de um emprego temporário ou buscar, por longos períodos, um emprego estável, os trabalhadores praticamente não têm escolha e estabelecem pactos para permanecerem com o primeiro.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, A. C. (Org.). **Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade.** São Paulo/Brasília: Editora 34/OIT e TEM, 1999. p. 35-60.
- BENDINI, M. Entre maçãs e pêras: globalização, competitividade e trabalho. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Editora da UFPE, 1999. p.97-121.
- BENDINI, M.; RADONICH, M. M.; STEIMBREGER, N. G. Historia de la vulnerabilidad social de las 'golondrinas' en la cuenca frutícola del río Negro. In: BENDINI, M. I.; RADONICH, M. M. (org.). **De golondrinas y otros migrantes.** Buenos Aires: Editorial La Colmena, 1999. p. 31-52.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Trad. de Roneide Venancio Majer. 2.ed, São Paulo: Paz e Terra. 1999. 617p. v.I.
- CAVALCANTI, J.S.B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, n. 29, p. 79-93, 1997.
- CAVALCANTI, J.S.B.; SILVA, A.C.B. da. **Trabalho, inovações tecnológicas e competitividade na fruticultura de exportação.** Recife, 1997. Mimeo.
- CAVALCANTI, J.S.B. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Editora Universitária/UFPE. 1999. p. 123-170.
- CAVALCANTI, J.S.B. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 155-171, 1999.
- ELIZALDE, M.L.; KLIMSZA, C.; POK, C. La medición del empleo rural: viejos y nuevos interrogantes. In: APARICIO, S.; BENENCIA, R. (Org.). **Empleo rural en tiempos de flexibilidad.** Buenos Aires: Editorial La Colmena, 1999. p. 145-152.

GOMES DA SILVA, A. **A parceria na agricultura irrigada do Baixo-Açu**. Natal: Editora CCHLA, 1992. 102 p. (Coleção Vale do Açu).

GOMES DA SILVA, A. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999. p. 307-339.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agroindústria e globalização: o caso da laranja do Estado de São Paulo. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999. p. 221-255.

LARA, S. M. **Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana**. México: Juan Pablos Editor, S.A. 1998. 302p.

LARA, S. M.; GRAMMONT, H. C. Nuevas tendencias en las empresas y en el mercado de trabajo rural mexicano. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. (Org.). **A ocupação na América Latina**: tempos mais duros. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 245-261. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho).

LARANGEIRA, S. M. G. A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social. In: SANTOS, J. V. T. (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 123-141.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of signs and space**. London: Sage Publications. 1996.

MEILLASSOUX, C. **L'économie de la vie**. Lausanne: Editions Page Deux, 1997. 166 p.

MOTA, D. M. da. **O projeto de irrigação Platô de Neópolis e a geração de empregos**: 1994/2000. Relatório de Pesquisa. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1998. p. 27. Mimeo.

MOTA, D. M. da. O trabalho flexível na fruticultura irrigada do Nordeste: o Platô de Neópolis – SE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** SOBER, 1CD-Rom.

D. M. Mota

MOTA, D. M. da. Flexibility and social division in the Platô de Neópolis irrigation project: an image of diversity. *WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY*, 10., 2000, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** IRSA, 1CD-Rom.

NEVES, M. de A.; LEITE, M. P. Qualificação e formação profissional: um novo desafio. In: LEITE, M. P.; NEVES, M. A. (Org.). **Trabalho, qualificação e formação profissional**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 9-18. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho).

PADRÃO, L. N. **Levantamento de informações sobre o projeto Platô de Neópolis**. Rio de Janeiro: Centro de Assessoria e Serviço aos Trabalhadores da Terra D. José Brandão de Castro, 1996. Mimeo. 34 p.

SANTOS, C. R. B. dos. **Reorganização do espaço agrário e (des)territorialização das relações tradicionais**: o caso do projeto hidroagrícola Platô de Neópolis. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia, 1996. 196p. Tese de mestrado.

SANTOS, A. L. dos; POCHMANN, M. Encargos sociais no Brasil: debate e propostas recentes de flexibilização. In: POSTHUMA, C. (Org.). **Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. São Paulo/Brasília: Editora 34/OIT e TEM, 1999. p. 267-291.